

da Região configuram-se apenas como carceragens, algumas mais asseadas, outras mais promíscuas. Em alguns estabelecimentos verifica-se a superpopulação carcerária: o Estabelecimento Prisional São Leonardo, em Macaé, Alagoas, para duzentos e onze vagas mantém trezentos e quarenta e sete presos; a Penitenciária do Roger, em João Pessoa, Paraíba, para cento e cinquenta vagas mantém quatrocentos e trinta e um presos; também o Presídio Regional de Campina Grande, Na Paraíba, para quarenta e duas vagas, mantém noventa e um presos; a Penitenciária Central Dr. João Chaves no Rio Grande do Norte, que tem capacidade para abrigar duzentos e sessenta presos, tem uma população carcerária de quinhentos e dez, só para citar alguns casos. A promiscuidade gerada pela superpopulação inibe, por si só, qualquer tentativa mais elaborada de acompanhamento terapêutico. O registro grave, que com exceção do Ceará é reiteradamente consignado, refere-se à falta de assistência jurídica: pode-se associar a superpopulação carcerária com a generalizada omissão de atendimento jurídico. O mais superficial exame dos dados apurados revela a situação de indigência dos serviços penitenciários da região. A implantação do sistema penitenciário previsto pela Lei de Execução Penal pressupõe recursos organizacionais, institucionais, financeiros, físicos e humanos adequados, o que não se encontrou. Algumas medidas poderiam ser tomadas para reverter a situação, assim, opino sejam os Estados da Região incentivados por este Egrégio Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária a: 1) formularem a legislação complementar à Lei de Execução Penal e normas regimentais, apropriadas às peculiaridades locais; 2) estabelecerem, formalmente, a política para o setor, consubstanciando-a em um documento que, pelo menos, contenha avaliação da realidade penitenciária local, definição de princípios e prioridades; 3) elaborar um planejamento global compreendendo os necessários recursos para a implantação do sistema de execução penal previsto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime e encaminhamento ao DEPEN para publicação. **VII-Vídeo** - pelo Diretor da DIC/DEPEN - Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO, foi projetado a mostra de prevenção à Síndrome da AIDS nos estabelecimentos penitenciários de São Paulo, onde o apresentador PLÍNIO MARCOS informa sobre as variadas formas de prevenir ao contágio da doença. **Decisão-CNCP:** face a linguagem adotada o Conselho foi unanimemente contrário à exibição do vídeo em presídios. Em separado, o Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO, fundamentou a desaprovção do Conselho à apresentação do aludido vídeo. **VIII-Secretaria de Justiça/PE** - Pela Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, foi proposto que o CNCP enviase congratulações ao Governador MIGUEL ARRAES, transmitindo cumprimentos pela designação do novo Secretário de Justiça daquele Estado, Doutor ROBERTO FRANCA, homem que traduz "um passado de lutas em favor da Justiça e da Defesa dos Direitos Fundamentais e garantia do prosseguimento da política de modernização e humanização do Sistema Penitenciário". Somou à proposição ora mencionada, o Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 128ª REUNIÃO (27.06.88) TARDE

As 10:00 do dia 27 de junho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, RENÉ ARIEL DOTTI e RUY DA COSTA ANTUNES. **I- Convidados presentes:** Doutores ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor da DIC/DEPEN; Doutor AMANTINO ROCHA SOARES - Presidente do CEPCP de Mato Grosso do Sul, acompanhado dos Conselheiros MARCOS FALCÃO e JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO. **II- Processos e Expedientes relatados:** 1) Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO - a) Assunto: esboço de anteprojeto de lei com arma de fogo e munição. Acatando solicitação da Presidência do CNCP o relator informou que elaborou o estudo do anteprojeto citado com a colaboração da "Comissão de estudos de anteprojeto da Parte Especial do Código Penal", instituída pelo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, em virtude de julgar que o tema não aflora simples. Ao elaborar o esboço em tela o Relator elencou a legislação administrativa que ressaltou surgir vasta e, a penal, que emerge parca. Além dos parâmetros observados no bojo da legislação ora mencionada o relator citando estudos da violência, enfocou algumas das razões que justificam e conduzem o seu estudo: "Primeira, inexiste cabência em manter infrações penais, na atualidade tão graves, castigadas com prisão simples e/ou multa, se almejamos a paz pública. Segunda, ocorre necessidade emergente de reforçar o sistema jurídico com a reprimenda penal, completando a sanção administrativa e civil, já fracas em face da realidade. Terceira, situações novas e relevantes, de perigo ou de dano, imprevisíveis na Lei, exigem normas penais de aplicação específica". Em onze artigos, o Relator apresentou o esboço do anteprojeto, cuja ementa segue: "Revoga dispositivos da Lei das Contravenções Penais, institui figuras penais e dá outras providências". Concluindo o relator informou que a Comissão colaboradora aceitou em que o texto do aludido anteprojeto, fosse recebido, também, como emenda ao anteprojeto de Código Penal - Parte Especial e que, a matéria ora relatada, mereceu a honrosa aprovação do Presidente do Tribunal de Alçada Criminal/SP. **Decisão-CNCP:** adiada face o pedido de vista do Conselheiro ELOAR GUZELLI. **III- Projeto Editorial da Revista-CNCP:** pelo Diretor-Geral do DEPEN - Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA, foi transmitido ao CNCP que o aludido projeto, em andamento na Imprensa Oficial, poderá ser desdobrado da seguinte forma: a) Apresentação ou Editorial; b) doutrina; c) Legislação; d) documentação; e) jurisprudência; f) atividades CNCP; g) atividades DEPEN; h) noticiário; i) resenha bibliográfica; e j) estatística. **Decisão-CNCP:** pelo prosseguimento dos entendimentos com a Imprensa Oficial. **IV- Inspeção efetuada no Presídio de Salvador-Bahia** - Relator: Diretor da Divisão de Inspeção e Controle-DIC/DEPEN - Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO. Nos dias 18 e 19 de maio último o relator informou ao Conselho que inspecionou o Presídio de Salvador, em virtude de insistentes denúncias

aquele complexo penitenciário, que compreende dois pavilhões, sendo que o primeiro é dividido entre os presos de maior periculosidade e as mulheres apenadas; e, o segundo, é ocupado pelos sentenciados de menor periculosidade - comporta o referido complexo uma população de 588 apenados, entre homens e mulheres. O quadro de pessoal conta com 03 Assistentes Sociais, 02 Psicólogos, 05 Médicos, 02 Funcionários Administrativos e 06 Agentes de Presídio Feminino. Segundo o relator, de pronto se percebe a promiscuidade quer quanto a higiene, vestuário, instalações hidráulicas e elétricas. Foi verificada a tênue existência de trabalho e ainda o que há, conta com a falta de material para a consecução do mesmo. Há carência de cuidados médicos embora o estabelecimento mantenha 5 profissionais da área. A alimentação embora tenha sido constatada a existência de gêneros, é falha. No que se refere a maus tratos, objeto principal da inspeção, foi informado a impossibilidade de constatação face o receio demonstrado pelos presos em falar. Ante o exposto o Relator concluiu sua exposição sugerindo as seguintes providências: "Como medida primeira, para regularizar a situação do disciplinamento dentro do Presídio, entendo que há a necessidade da publicação do seu Regimento Interno. O Diretor da Unidade não tem onde se apoiar para ditar as regras dentro do Presídio, pois com as péssimas administrações que já passaram no local, criou-se um costume que hoje é difícil de ser modificado, sem que se tenha um documento expresso para tal. Segundo, é cobrar dos internos a limpeza total do Presídio. A alegação de que é difícil colocar o preso para trabalhar é infundada. A Lei de Execução Penal, estatui ser obrigatório o trabalho do preso e, com base neste ditame da Lei, entendo que a Direção deve exigir. Até que a Secretaria de Justiça dispusesse de verbas para pintar o Estabelecimento com tinta óleo, os internos deveriam pintá-lo com cal, que é barato, e iria cobrir, de imediato, a imundície das celas e pátios, inclusive matando os germes. Terceira providência, e a mais importante, é submeter todos os internos a exame de saúde completo, bem como higienizá-los, cortando os cabelos, fazendo as barbas e aparando as unhas, o que não é difícil. Quarta, disciplinar os dias das visitas, com dias só para os homens e dias só para mulheres. Da forma como vi e registrei, é um "batalhão de gatos", tudo misturado. Quinta, proibir, com apoio em decisão do Juizado de Menores, que os filhos, sobrinhos e outros, sejam recebidos pelos seus entes, ali presos, no pátio aberto, onde todo o tipo de delinquente transita, colocando em risco as vidas desses inocentes seres, que crescem falando as mesmas gírias que ouvem falar, e pactuando as mesmas podridões que são tratadas pelos intra-muros. Essas criaturas devem visitar seus parentes, em local próprio, longe da massa carcerária. Sexta, providenciar a saída imediata daquelas mulheres que vivem no mesmo ambiente dos homens, pois verifiquei que há contatos entre eles. Por último, Senhor Diretor-Geral, solicitar a propositura de inquérito administrativo contra Agentes de Presídio daquela Unidade Prisional, que foram denunciados espancadores, para que, com punições severas, inclusive com prisões administrativas, possamos controlar os ânimos de ambos os lados. A situação por vezes se apresenta complicada dentro da Unidade, pelo excesso de poder de polícia que os Agentes não têm. Sabemos que há internos difíceis, agitadores, mas entendemos que, muitas das vezes, suas agressões são geradas como formas de revides, para devolverem agressões recebidas. Para o pior delinquente que seja, a Lei estabelece as penalidades cabíveis, não sendo do nosso conhecimento que o espancamento seja uma delas. Registro, mais uma vez, que o penitenciárioismo baiano deve ser rapidamente corrigido. Em nenhuma das Unidades do Sistema, encontrei Regimento Interno. É uma loucura". **Decisão-CNCP:** pela aprovação do Relatório e providências da Presidência do CNCP no sentido de obter as deliberações do Governo do Estado da Bahia. Face a exiguidade de tempo o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 129ª REUNIÃO (28.06.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 28 de junho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ELOAR GUZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. **Ausências justificadas:** JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, RUY DA COSTA ANTUNES, RENÉ ARIEL DOTTI, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **I- Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA, Diretor-Geral do DEPEN/MJ. **II- Calendário das reuniões CNCP** - Aberta a sessão o Presidente comunicou aos Conselheiros presentes, as datas e locais das reuniões do Conselho no segundo semestre do corrente exercício, cujo desdobramento compreende: a) mês de julho, dias 25 e 26 - Brasília; b) agosto, dias 20 a 24 - Londrina/PR; c) setembro, dias 25 a 27 - Goiânia/GO; d) outubro, dias 24 e 25 - Brasília; e) novembro, dias 28 e 29 - Macapá/AP. Após a comunicação supra o Presidente verificando a falta de quorum, deu por encerrada a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária-Executiva.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente  
(Of. nº 91/88)

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

## Ministério das Relações Exteriores

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1988

#### O Ministro de Estado

das Relações Exteriores, em observância ao artigo 39 do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, resolve: